

PARA ALÉM DO ACESSO: PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elen Gomes Pereira ¹
Cristina de Araújo Ramos Reis ²

RESUMO

A criação de políticas públicas na área da Educação, especialmente aquelas voltadas para a Educação Superior, é fundamental para assegurar que a educação se torne não apenas um direito social, mas também um direito humano efetivo. O objetivo deste trabalho foi desenvolver um referencial teórico baseado em diferentes autores sobre as noções fundamentais de políticas públicas na Educação Superior, com ênfase nas ações afirmativas promovidas pelo governo brasileiro para garantir o acesso de pessoas com deficiência às universidades públicas, sob a perspectiva dos direitos humanos. Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa de natureza básica, com foco na análise qualitativa e exploratória, utilizando como principal método a pesquisa bibliográfica. Os resultados sugerem que, embora o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior seja importante, garantir sua permanência e sucesso acadêmico é um desafio significativo e que requer abordagens mais abrangentes e eficazes. Este trabalho destaca a importância das políticas públicas na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades na educação superior, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência. No entanto, reconhece-se que garantir o acesso não é suficiente, e que é necessário adotar medidas adicionais para garantir a permanência e sucesso acadêmico desses estudantes, alinhadas com os princípios dos direitos humanos. Conclui-se que as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades na educação superior para pessoas com deficiência. No entanto, é necessário um esforço contínuo e coordenado para superar os desafios e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Superior, Pessoa com deficiência.

INTRODUÇÃO

As prioridades de um governo são reveladas pela “agenda de governo”, a qual expressa a vontade de oferecer respostas a um problema e inclusive de utilizar recursos financeiros disponíveis para resolvê-lo. A “formação da agenda de governo permite visualizar

¹ Docente de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA campus Porto Seguro, elen.pereira@ifba.edu.br

² Docente de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA campus Salvador, cristina.reis@ifba.edu.br

quais grupos ou organizações dispõem da força necessária para converter certas questões sociais em questões públicas” (Chiroleau *et al.*, 2012, p. 17).

Isso significa que as questões que não estão na agenda do governo podem não ser consideradas, ou ainda não foram reconhecidas, como problemas a serem abordados pelo governo por meio de políticas públicas. Em outras palavras, a ausência de determinado tema na agenda governamental pode indicar uma falta de prioridade ou de atenção específica para aquela questão em particular.

Por isso, é importante compreender as bases essenciais das políticas públicas no Brasil no que se refere à Educação Superior, uma vez que essas políticas desempenham um papel fundamental na condução da educação no país e na promoção da igualdade de oportunidades. Um exemplo disso é o acesso ao ensino superior por parte das pessoas com deficiência, o qual é influenciado e implicado por essas políticas.

Em relação às questões de inclusão e diversidade na Educação Superior, Júnior (2018) considera que as ações afirmativas estão se espalhando pelo mundo e se tornando uma política de Estado disseminada com o intuito de adotar algum tipo de igualdade de oportunidade. “Seu princípio básico é o mesmo que sustenta políticas próprias do Estado de Bem-Estar Social: a igualdade formal pode e deve ser violada topicamente para promover o maior bem comum” (Júnior, 2018, p. 25).

De acordo com De Sousa Santos (2004), a universidade pública enfrentou diversas crises ao longo do tempo, incluindo desafios relacionados à sua hegemonia, legitimidade e institucionalidade. A crise institucional, em particular, foi a mais intensa, enfraquecendo sua autonomia diante da pressão por produtividade empresarial. Essas crises ainda persistem no sistema educacional brasileiro, refletindo-se em questões como desigualdade educacional, financiamento inadequado, qualidade, acesso, participação e êxito na Educação Superior, problemas de gestão, impactos da pandemia, inclusão e diversidade, além de mudanças políticas e regulatórias.

O presente artigo tem como objetivo geral compreender as políticas públicas em torno das pessoas com deficiência na Educação Superior. E como objetivo específico, pretende-se (1) analisar documentos legais em torno das políticas públicas relacionadas à Educação Superior para pessoas com deficiência; (2) investigar as medidas e programas específicos implementados pelo governo para promover a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior.

METODOLOGIA

Para este trabalho foi realizada uma pesquisa por fontes bibliográficas que inclui livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, documentos legais e relatórios governamentais. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 1999). Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, de objetivo exploratório e utilizando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica.

Foram realizadas pesquisas em sites oficiais do governo brasileiro, como por exemplo, Ministério da Educação - MEC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a partir da Constituição Federal de 1988, além de bases de dados relevantes, como Scopus, Google Scholar, Periódicos CAPES, entre outras fontes confiáveis de literatura acadêmica e científica.

A Constituição Federal do Brasil é um marco fundamental para a análise das políticas públicas porque estabelece os princípios, diretrizes e normas fundamentais que orientam a atuação do Estado em diversas áreas, incluindo a saúde, seguridade social, a educação e o nível superior, entre outras. Ela define os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, logo, as pessoas com deficiência, estabelecendo as bases legais para a implementação de políticas públicas que promovam o bem-estar social, a igualdade de direito, a justiça social e a dignidade humana.

Além disso, a Constituição Federal também prevê a participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, contribuindo para uma gestão mais democrática e transparente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de nos aprofundarmos sobre as políticas universitárias para o acesso ao ensino superior público pelas pessoas com deficiência, vale a pena fazer uma breve definição dos termos políticas públicas e políticas educacionais.

3.1 Políticas públicas e suas implicações nas políticas educacionais

As políticas educacionais são derivadas das políticas públicas e vice-versa. Em outras palavras, as políticas educacionais não surgem independentemente das políticas públicas, e o

mesmo vale para as políticas públicas em relação às políticas educacionais. Essa inter-relação é ilustrada na Figura 1 de Jakimiu (2016).

Figura 1: Trajetória percorrida pelas políticas educacionais.



Fonte: Retirado de Jakimiu, 2016, p. 215.

As pesquisas sobre políticas educacionais são motivadas pelo desejo de entender como as relações entre o Estado e a Sociedade influenciam o reconhecimento da educação como um direito fundamental, ou seja, “o intuito de conhecer e mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito” (De Souza, 2016, p. 86). Essas pesquisas não surgem isoladamente, mas são moldadas pelas condições sociopolíticas e culturais de determinado contexto histórico. Nesse sentido, é importante avaliar as “condições sociopolíticas e culturais presentes em um momento histórico” (Nosiglia, 2016, p. 421), em outras palavras, os estudos realizados por cientistas educacionais são influenciados pelas circunstâncias e demandas presentes na sociedade em um determinado período.

As políticas educacionais são delineadas com base em finalidades específicas, que permitem ao Estado e ao Governo estabelecer, redistribuir, regular e institucionalizar as ações educacionais. De acordo com Espinoza (2009), as políticas educacionais geralmente apresentam pelo menos três características, que podem ser implícitas ou explícitas: (1) uma justificativa para abordar o problema educacional em questão; (2) a definição de um propósito a ser alcançado pelo sistema educacional; e (3) uma explicação de como esse propósito será alcançado. Essas características fundamentais guiam o desenvolvimento e a implementação das políticas educacionais, buscando atender às necessidades e aos objetivos do sistema educacional em um determinado contexto.

Os estudos de Souza (2014) revelaram que, ao longo de oito anos, a produção acadêmica no campo das políticas educacionais esteve predominantemente voltada para temas específicos de programas governamentais, como o Bolsa Família e a formação de professores. No entanto, é importante ressaltar que a formação de professores desempenha um papel crucial na qualidade da educação oferecida para as pessoas com deficiência. A presença ou ausência de políticas e programas de formação docente pode impactar diretamente nas atividades educacionais e na atenção às demandas das necessidades desses estudantes, influenciando assim a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas e a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

Sobrinho e Brito (2008) explicam que as mudanças no sistema educacional superior brasileiro são impulsionadas por dois principais desafios:

Aumentar a competitividade da economia no mundo globalizado através do aumento da formação de profissionais e, por outro lado, fortalecer os valores democráticos, especialmente a equidade, através da expansão de oportunidades de acesso e permanência e o fortalecimento de valores adequados à formação cidadã (Sobrinho e Brito, 2008, p. 488).

As políticas públicas refletem os desafios complexos e interconectados que permeiam a política educacional brasileira. Um marco significativo nesse contexto foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, que foi revalidada no governo atual em 2023. Além disso, o Decreto 7.611 de 2011 desempenha um papel importante ao estabelecer diretrizes para a educação especial e o atendimento educacional especializado. Internacionalmente, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 também influencia as políticas educacionais relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Essas iniciativas representam esforços significativos para promover a inclusão e garantir o acesso igualitário à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas especificidades.

No mesmo ano em que foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, dando-lhe status de emenda constitucional. Isso demonstra o reconhecimento pelo Estado brasileiro da importância da inclusão de pessoas com deficiência na educação, especialmente na Educação Superior pública. No entanto, apesar desse reconhecimento e das medidas legislativas tomadas, como a ratificação

da Convenção da ONU, ainda há desafios a serem enfrentados nas instituições públicas de ensino superior para garantir a inclusão efetiva dessas pessoas.

Em relação ao que é Políticas Públicas: São decisões e ações deliberadas tomadas pelo governo em todos os níveis (federal, estadual, municipal) para abordar questões específicas e resolver problemas na sociedade. Essas políticas são desenvolvidas com base em análises, debates e considerações sobre as necessidades e demandas da população em diferentes áreas, como saúde, educação, transporte, meio ambiente, entre outras. As políticas públicas são implementadas através de leis, regulamentos, programas, projetos e iniciativas que visam promover o bem-estar e o interesse público.

Já as Políticas Educacionais são um tipo específico de política pública que se concentra na formulação de diretrizes, programas e estratégias relacionadas ao sistema educacional de um país ou região. Essas políticas abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo acesso à educação, qualidade do ensino, currículo escolar, formação de professores, financiamento da educação, inclusão de grupos marginalizados, entre outros aspectos. As políticas educacionais visam garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade e que o sistema educacional contribua para o desenvolvimento pessoal, social e econômico da sociedade.

Portanto, políticas públicas e políticas educacionais são instrumentos essenciais para mobilizar e orientar o desenvolvimento da sociedade, especialmente quando falamos da pessoa com deficiência que demandam necessidades e direitos enquanto cidadão de forma que sejam atendidos de maneira plena, inclusive no que diz respeito ao acesso e à qualidade da educação superior.

3.2 Políticas na Educação Superior e os desafios junto às pessoas com deficiência

Tendo em vista a importância da educação superior como um direito fundamental, é fundamental abordar as políticas relacionadas ao acesso e inclusão de pessoas com deficiência nesse nível educacional. Nesta seção, exploraremos as políticas na Educação Superior voltadas para garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão de pessoas com deficiência. Discutiremos os desafios enfrentados por esses indivíduos no acesso ao ensino superior e examinaremos as medidas e estratégias implementadas para promover a equidade educacional neste contexto específico.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece a educação superior como um direito fundamental (Borges, 2011). No entanto,

apesar dessa visão inclusiva, dados recentes revelam disparidades significativas no acesso à educação superior para pessoas com deficiência no Brasil.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do 3º trimestre de 2022, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 7% das pessoas com 25 anos ou mais de idade e com deficiência possuem ensino superior completo. Em contraste, esse número é substancialmente maior, alcançando 20,9%, para pessoas sem deficiência com ensino superior.

Figura 2: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, nível de instrução e existência de deficiência.

Existência de deficiência	Sexo x Nível de instrução					
	Total		Homens		Mulheres	
	Total	Superior completo	Total	Superior completo	Total	Superior completo
Total	100,0	19,3	100,0	16,8	100,0	21,5
Pessoa com deficiência	100,0	7,0	100,0	6,6	100,0	7,4
Pessoa sem deficiência	100,0	20,9	100,0	18,0	100,0	23,7

Fonte: Retirado de IBGE, 2022.

Isso ocorre talvez porque existem barreiras de acesso, ou seja, pessoas com deficiência frequentemente enfrentam barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam seu acesso às instituições de ensino superior. Isso inclui falta de infraestrutura acessível, falta de recursos de acessibilidade, preconceito e discriminação. Ocorre também por falta de apoio e recursos específicos, pois muitas instituições de ensino superior ainda não estão adequadamente equipadas para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência. Isso inclui a falta de tecnologias assistivas, apoio pedagógico especializado e programas de inclusão eficazes. Outra possível explicação para este fato são os desafios financeiros porque as pessoas com deficiência podem enfrentar desafios financeiros adicionais devido a custos associados à sua condição, como despesas médicas e de acessibilidade. Isso pode dificultar o acesso ao ensino superior, especialmente em um sistema educacional onde muitas vezes o acesso gratuito é limitado a determinadas políticas de cotas.

Portanto, essa disparidade nos índices de conclusão do ensino superior entre pessoas com e sem deficiência reflete a interseção de múltiplos fatores que afetam o acesso equitativo à educação superior para indivíduos com deficiência. Para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, é necessário abordar essas barreiras sistêmicas e implementar políticas

e práticas que garantam igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua condição de deficiência.

Essa disparidade evidencia desafios significativos que as pessoas com deficiência enfrentam no acesso e na conclusão do ensino superior no Brasil. Diante desse cenário, torna-se crucial examinar as políticas existentes na educação superior e explorar estratégias para promover a inclusão efetiva desses indivíduos neste nível educacional.

Outra possível explicação para este fato seja porque quando adentramos ao tema das políticas na Educação Superior que se referem à democratização de acesso ao ensino superior para as pessoas com deficiência, estas são mais complexas. Isso acontece especialmente devido ao fato de que as reformas educativas possuem certas tendências de acordo com o governo naquele determinado período histórico. É a partir daí que se faz necessário realizar uma análise do discurso das leis: quem disse o que disse? e quando disse?

Durante a gestão do Ministro Fernando Haddad no Ministério da Educação, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011, várias políticas de ação afirmativa foram promovidas. Uma ação afirmativa pode ser definida como todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, visando um bem coletivo. Esses grupos podem ser definidos com base em características como etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas.

As cotas são um exemplo de mecanismo extremo de ação afirmativa e propõem reservar uma determinada porcentagem de vagas para um grupo específico da população. Esse sistema foi adotado em algumas instituições de ensino superior no Brasil como uma forma de promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros.

Durante o período mencionado, o MEC implementou políticas de cotas em universidades públicas, estabelecendo percentuais mínimos de vagas reservadas para estudantes de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como para pessoas com deficiência. Essas políticas visavam reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior e promover a diversidade e a inclusão social nas instituições de educação superior do país. Pode-se definir uma ação afirmativa:

Todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas (Júnior, 2018, p. 13).

Portanto, as políticas de ação afirmativa, incluindo as cotas, foram uma estratégia adotada pelo MEC para enfrentar as desigualdades educacionais e promover a igualdade de oportunidades no sistema de educação superior brasileiro durante esse período histórico.

A primeira universidade pública que adotou o sistema de cotas para pessoas com deficiência no Brasil foi a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), criada com a Lei n. 11.646 de 10 de julho de 2001, reservando 10% de vagas para estudantes com deficiência (PEREIRA, 2008). As outras instituições de ensino superior estaduais que aderiram ao sistema de cotas possuem as mesmas regras entre elas, reservando 5% para deficientes físicos e necessitando a comprovação de carência financeira. Porém, estudos apontam que garantir o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior não garante a permanência destes na universidade (PEREIRA, 2007).

Mesmo com a implementação de políticas de cotas para pessoas com deficiência nas universidades públicas brasileiras, como no caso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e em outras instituições estaduais, surgem desafios adicionais relacionados à garantia da permanência desses estudantes no ensino superior.

Estudos apontam que o acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo e que a permanência e conclusão dos estudos universitários por parte das pessoas com deficiência enfrentam obstáculos diversos. Alguns desses desafios incluem a acessibilidade física e infraestrutura porque mesmo com a implementação de políticas de acessibilidade, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades em oferecer uma infraestrutura adequada que atenda às necessidades específicas de estudantes com deficiência, o que pode impactar sua experiência acadêmica e sua permanência na universidade. O apoio pedagógico e Tecnológico, pois nem sempre são oferecidos recursos pedagógicos e tecnológicos adequados para atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, o que pode dificultar seu desempenho acadêmico e sua integração no ambiente universitário. O Apoio Psicossocial e Adaptativo uma vez que, muitos estudantes com deficiência também necessitam desse apoio para lidar com os desafios emocionais e sociais que podem surgir durante sua trajetória acadêmica. A existência de preconceito, estigmas e atitudes discriminatórias e estereotipadas em relação às pessoas com deficiência, é importante cuidar para não afetar sua autoestima, seu senso de pertencimento e sua motivação para continuar os estudos universitários.

Portanto, para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico das pessoas com deficiência no ensino superior, é necessário um esforço contínuo

por parte das instituições de ensino e das políticas públicas em abordar esses desafios de forma abrangente e eficaz. Isso inclui a implementação de medidas específicas de apoio, a promoção de uma cultura inclusiva e a sensibilização da comunidade acadêmica sobre as necessidades e potenciais desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que os desdobramentos das políticas públicas em políticas educativas e consequentemente em políticas universitárias, é um objeto inacabado. Portanto, como perspectiva futura de estudo, pode-se propor pesquisas mais aprofundadas em relação aos obstáculos que levam esses estudantes a evadir e as dificuldades que os fazem levar ao baixo desempenho acadêmico.

Diante dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência na educação superior e das políticas públicas implementadas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades, podemos concluir que há necessidade de políticas integradas e efetivas, pois é fundamental que as políticas públicas na educação superior sejam integradas e abordem de maneira eficaz os desafios específicos enfrentados pelas pessoas com deficiência. Isso inclui ações afirmativas, como cotas, mas também políticas de acessibilidade, apoio pedagógico especializado e sensibilização da comunidade acadêmica.

É necessário também investimento em infraestrutura e recursos, já que o investimento contínuo em infraestrutura física e tecnológica, bem como em recursos humanos, garante que as instituições de ensino superior possam oferecer um ambiente inclusivo e acessível para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

Também é importante que as políticas públicas sejam constantemente monitoradas e avaliadas para garantir sua eficácia e identificar áreas de melhoria. Isso pode envolver a coleta de dados sobre o acesso, permanência e desempenho acadêmico de estudantes com deficiência, bem como o feedback da comunidade acadêmica sobre as políticas implementadas.

Considerando esses pontos, conclui-se que a pesquisa futura nessas áreas é essencial para informar a formulação de políticas mais eficazes e para promover uma educação superior verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais. A compreensão aprofundada dos obstáculos enfrentados pelos estudantes com deficiência pode levar a intervenções mais direcionadas e eficazes para promover sua participação e sucesso no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- BORGES, M. C. DE A. A UNESCO e o Direito à Educação Superior. **25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [s.l.: s.n.].
- CHIROLEU, A. Políticas públicas de inclusión en la educación superior. Los casos de Argentina y Brasil. **Pro-Posições**, p. 141-166, 2009.
- CHIROLEU, A.; SUASNÁBAR, C.; ROVELLI, L. La política universitaria como política pública. En: **Política Universitaria en la Argentina: Revisando viejos legados en busca de nuevos horizontes**. Buenos Aires: IEC - CONADU, 2012. p. 13-31.
- DE SOUZA, Â. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teórico**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.
- DE SOUZA SANTOS, B. **A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. [s.l.] Cortez Editora, 2011.
- ESPINOZA, O. Reflexiones sobre los conceptos de “política”, políticas públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 17, n. 8, p. 1-13, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. [s.l.] Editora Atlas, 1999.
- JAKIMIU, V. C. L. Considerações acerca do campo disciplinar das políticas educacionais. **Revistas de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 211-219, 2016.
- JÚNIOR, J. F. et al. O conceito de ação afirmativa. En: **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. [s.l.] Editora EDUERJ, 2018. p. 13-25.
- NOSIGLIA, M. C. Los aportes de la investigación educativa al debate público y a la formulación de políticas. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 415-429, 2016.
- PEREIRA, M. M. **Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- PEREIRA, M. M. Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Ponto de Vista rev. educ. process. inclusivos**, n. 10, p. 19-38, 2008.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua**. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37280&t=res ultados>>.
- SOBRINHO, J. D.; BRITO, M. R. F. La educación Superior en Brasil: principales tendencias y desafíos. **Avaliação (Campinas)**, v. 13, n. 2, p. 487-507, 2008.
- SOUZA, A. R. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, v. 9, n. 2, p. 355-367, 2014.